

10 anos do governo PT: natureza de classe e relações com a política neoliberal

Wladimir Pomar*

Um título mais apropriado seria algo como *PT: 10 anos no governo, natureza de classe e relações com a política neoliberal*. Afinal, o governo não é do PT. É, desde o início, uma coalizão, no qual o PT ocupa uma direção relativa.

É lógico que se pode perguntar se o PT precisava disso para chegar ao governo. Este talvez seja um aspecto pouco avaliado, tanto no PT, quanto fora dele, com consequências diversas na avaliação dos 10 anos em que esse partido se encontra à frente do governo. Com isso, às vezes se joga para debaixo do tapete a herança deixada pelos 20 anos de governos militares e mais de 10 anos de governos neoliberais.

Estes últimos, em particular, acentuaram a desigualdade social e reduziram e fragmentaram a classe operária. Destruíram parte importante da estrutura industrial do país e intensificaram a dependência externa. Limitaram a democracia política e conseguiram uma profunda desmobilização da luta de classes. Nessas condições, apesar da crise financeira e econômica de 1997-99, que deu início ao arrastado declínio da hegemonia neoliberal no Brasil, FHC ainda conseguiu se reeleger em 1998.

Mas as fraturas econômicas e sociais se tornaram evidentes e mudaram o sentimento das classes e camadas sociais populares quanto às promessas neoliberais. E a maior monopolização da economia brasileira por grandes grupos empresariais estrangeiros e nacionais criou uma massa burguesa e pequeno-burguesa descontente e sem projeto. Mesmo assim, tendo em vista a livre participação do PT e outros partidos de esquerda, a via política eleitoral continuou se apresentando como viável para mudar a situação.

Uma hipótese nas eleições de 2002 seria o PT sair sozinho, ou somente aliado a partidos de esquerda, com um programa radical de reformas. Diante da possibilidade de um congresso hostil e num contexto de baixa mobilização social, a tática mais adequada consistiu em apresentar um programa que atraía os setores descontentes da pequena-burguesia e da burguesia para um governo de coalizão. Essa tática permitiu a vitória eleitoral, mas apresentou problemas que a esquerda, assim como a direita, jamais haviam confrontado.

Mais do que em 1989, o PT conseguiu romper a concepção de que pobre e trabalhador não votava, ainda mais para presidente, noutro pobre e trabalhador. Por outro lado, o PT não tinha, e talvez ainda não tenha, uma ideia precisa da profundidade da destruição neoliberal. Erroneamente, achou que não era conveniente fazer um acerto de contas com os responsáveis por ela. Após uma vitória em que a burguesia e seu Estado aceitaram, pela primeira vez na história brasileira, um governo central em que participavam diferentes nuances operárias, socialistas e comunistas, achou que talvez fosse temerário acirrar os ânimos.

* Escritor e analista político.

Hoje o PT e o governo pagam um preço alto por não haverem denunciado em detalhe a herança neoliberal. A direita, e parte da esquerda, cobra deles uma performance que só seria possível se não houvesse ocorrido a privatização das estatais, a falência de parte considerável do parque produtivo, em especial de seu setor de bens de capital, o desmonte dos sistemas de planejamento e elaboração de projetos do Estado, a redução do estoque de capital acumulado, e o domínio da maior parte da economia por um grupo seletivo de oligopólios.

É verdade que o PT demonstrou que a maioria do povo brasileiro vivia na pobreza e na miséria, uma das consequências mais perversas tanto da modernização conservadora da ditadura militar, quanto do desmonte neoliberal. A ditadura concentrou renda num polo e miséria no outro, mas promoveu o crescimento, pelo menos nos primeiros 10 anos. A era neoliberal continuou concentrando renda num polo e miséria no outro, mas impediu o país de crescer.

Por outro lado, a evidência da pobreza e da miséria não dava a dimensão do estrago neoliberal, nem uma noção pública dos problemas correlatos a serem enfrentados. Além disso, a vitória eleitoral não clarificou a correlação política de forças, o que levou o PT a adotar uma defensiva em quase todos os campos, inclusive no governo.

Exceções a tal defensiva foram a luta contra a pobreza, a política externa soberana e as conferências setoriais, que na verdade exprimiam uma tática de ataque pelos flancos. Seu objetivo, talvez inconsciente, consistia em minar paulatinamente o centro neoliberal encastelado no Banco Central e em grande parte da máquina do Estado, e retomar o crescimento econômico através do aumento do consumo.

Não por acaso, os resultados sociais e econômicos claramente positivos desse processo só começaram a aparecer no final de 2004. Os programas de transferência de renda e de elevação do salário mínimo começaram a dar acesso ao consumo para as camadas pobres, induzindo a elevação da produção de alimentos e de bens de consumo corrente, e permitindo a retomada do crescimento desses setores e a redução do desemprego.

O governo Lula também empreendeu uma intensa diversificação das parcerias comerciais internacionais, reduzindo a dependência brasileira aos mercados norte-americano e europeu, e aproveitando as novas condições criadas pela emergência econômica da China e da Ásia do Sudeste. Os saldos comerciais foram ampliados, as dívidas internacionais reduzidas, e as reservas em moedas estrangeiras aumentadas.

As conferências setoriais traçaram um mapa das reformas que o país precisa, mas não chegaram a gerar uma mobilização social de envergadura. Além disso, tornou-se evidente a carência de quadros políticos para atender tanto às demandas de direção do governo, quanto às de manutenção dos laços partidários com as várias organizações e movimentos de trabalhadores e camadas populares.

Para piorar, alguns dirigentes do PT pensaram ser possível adotar os mesmos métodos dos aliados burgueses. Aproveitaram as experiências da luta de classes segundo as quais, em determinadas circunstâncias, são necessárias alianças com setores da burguesia. Mas

desdenharam a necessidade dos métodos dos partidos operários serem radicalmente distintos dos métodos dos partidos burgueses. A crise do governo e do PT, em 2005, teve origem nessa confusão ideológica e política. Ambos só foram salvos pela forte mobilização espontânea da militância.

A direita conservadora e antidemocrática, fortemente adepta do neoliberalismo, enxergou nessa crise a oportunidade para derrubar, eleitoralmente, a primeira experiência de um governo com participação operária, socialista e comunista no Brasil. Acirrou a polarização política e obrigou o PT a radicalizar suas posições, o que permitiu a reeleição de Lula, em 2006, e a eleição de Dilma, em 2010.

Porém, desde o segundo mandato Lula, vieram à tona os limites do crescimento via consumo, assim como as dificuldades que a minimização neoliberal do Estado antepunha ao planejamento e à elaboração de projetos, até mesmo de curto prazo. O PAC foi a tentativa de aprofundar o rompimento com as concepções neoliberais na questão dos investimentos e do crescimento da produção, incidindo sobre os juros, lucros e câmbio.

No governo Dilma esse rompimento se tornou cada vez mais vital. A burguesia, acostumada a obter lucros como rentista, tem resistido a investir, numa clara reação aos esforços para reduzir as taxas de juros, os custos e as taxas de rentabilidade. Ou seja, o desmonte do neoliberalismo avançou, mas não se completou. O Brasil continua sendo um país rico, monopolizado por grandes grupos estrangeiros e nacionais.

A classe trabalhadora está sendo paulatinamente recomposta, mas sua fração industrial ainda é pequena. Além disso, é uma classe nova, diferente daquela que emergiu em 1978, e ainda não tem experiência de luta. Ao lado dela existe um setor social excluído do mercado, como rescaldo das gerações que passaram por mais de 20 anos de estagnação e miséria. Sem educação e qualificação profissional, esse setor enfrenta grandes dificuldades para acessar aos postos de trabalho.

Essa é a situação que serve de matéria-prima para os ataques das oposições de direita e de esquerda ao governo e ao PT. A direita adota o discurso de que o Brasil continua muito desigual e que o PT foi incapaz de solucionar esse problema. A esquerda, na prática, fornece os argumentos para o mesmo tipo de discurso, ao invés de disputar no sentido de que as políticas do PT e do governo sejam adequadas para superar as desigualdades sociais, a dependência externa e a limitada democracia política que caracterizam o capitalismo brasileiro.

O que está em pauta hoje, após 10 anos de participação do PT na direção do governo, é se a estratégia e as táticas empregadas por ele para superar o neoliberalismo também são suficientes para enfrentar as disputas de classe com a burguesia e criar instrumentos que comecem a superar as características estruturais do capitalismo brasileiro. Uma avaliação objetiva deve apontar para o fato de que as forças sociais trabalhadoras estão num processo de recuperação econômica, mas não acumularam ainda experiências e forças sociais suficientes para enfrentamentos mais duros.

Embora as condições objetivas tenham melhorado, o PT perdeu muitos dos seus laços com as bases da sociedade e, em termos gerais, seus resultados eleitorais se mantêm nos níveis de 2002. Tais níveis ainda lhe permitiram conquistar a presidência da república e talvez permitam mantê-la no futuro. Mantidas essas condições, a direita social e política brasileira só conseguirá suplantar eleitoralmente o PT se este cometer erros crassos. Ou se romper com a legalidade e derrubá-lo, contando com descontentamentos militares, ou com mudanças internacionais de vulto.

Porém, o avanço do capitalismo, mesmo momentaneamente suavizado por políticas de transferência de renda e de liberdades democráticas, tende a colocar o governo na parede. Tal avanço tende a aumentar a produtividade, reduzir a força de trabalho empregada, emitir dinheiro fictício e concentrar e centralizar o capital. Ou seja, tende a empurrar o governo a capitular ou a introduzir mudanças, democrático-burguesas e socialistas, mesmo parciais, que controlem o caos do mercado e orientem o desenvolvimento econômico e a redistribuição de renda.

Para sair do imobilismo político, manter a hegemonia sobre a presidência da república e realizar mudanças institucionais mais profundas, o PT precisará de uma firme maioria parlamentar de esquerda e do início de mobilizações sociais. Se não avançar nesse rumo, as reformas continuarão congeladas ou incompletas, acentuando a tendência de fadiga da população diante daquele imobilismo.

Essas condições imperativas se elevam diante do PT e seu enfrentamento depende não somente da reversão na correlação de forças no poder legislativo, mas também de mudanças nos demais aparatos do Estado. Sem instrumentos econômicos com poder de interferência real no mercado, e sem aparatos estatais democratizados, correrá o risco de se ver diante da mesma situação aviltante da socialdemocracia europeia.

Para não resvalar nessa situação, o PT terá que restabelecer seus laços com a base trabalhadora da sociedade, retomar seu discurso socialista, e apresentar propostas práticas de estímulo e construção de elementos democráticos e socialistas na sociedade. Paralelamente, terá que retomar seu discurso ético com exemplos práticos que demonstrem a diferença de seus métodos em relação aos da burguesia.

Em outras palavras, o PT e o governo do qual participa avançaram em muitos campos nos últimos 10 anos, utilizando-se da via eleitoral. Mas estão fadados a passos contraditórios. Ou transformam o Estado em instrumento para a construção de uma sociedade de transição para o socialismo, ou sucumbem e se transformam em instituições de manutenção da ordem burguesa.

Esta é a disputa que se trava tanto dentro do PT, quanto dentro do governo. Embora parte da esquerda tenha desanimado disso, ou prefira ignorá-la, é ela que está destinada a indicar os rumos que a sociedade brasileira seguirá nos próximos anos, num quadro internacional de crise sistêmica do capitalismo desenvolvido e de emergência de novos países industrializados, capitalistas e de socialismo de mercado.